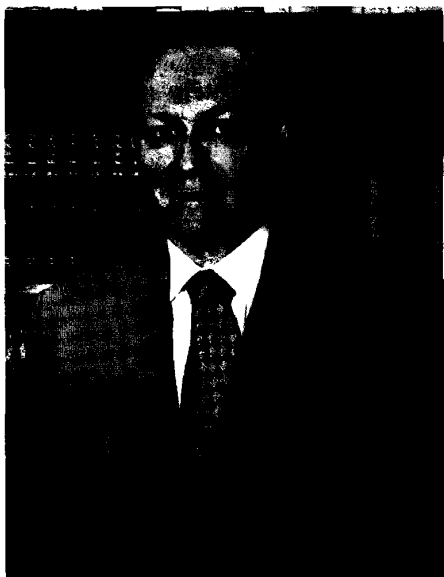


Judiciário

A VERDADEIRA REFORMA

UMA REFLEXÃO



Juiz Catão Alves,
Vice-Presidente

colocação a sua disposição de juízos e tribunais em número suficiente ao atendimento de tantos quantos procurem seus serviços.

Assim, temos um juiz federal para 270.000 habitantes e, no Judiciário, globalmente, um juiz para 30.000 habitantes, enquanto na Europa a média é de um juiz para 7.000 habitantes, chegando, como na Alemanha, a um juiz para 3.000 habitantes.

Legislativo, para que os processos não se eternizem nos juízos e tribunais, com formalismos exagerados e desnecessários e infundáveis recursos, atrasando a solução das controvérsias em anos e... décadas...

De *mentalidade*, porque as reformas anteriores serão inócuas se a mentalidade dos juízes não se modificar e eles não se conscientizarem de que o magistrado, embora servidor público de nível elevado, como os demais, é *um servidor do público*, já que muitos prestam concurso para juiz e assumem suas funções como Deuses.

A reforma estrutural é, praticamente, a única que tem sido feita na tentativa de solução dos problemas do Judiciário; a legislativa tem sido tímida, insuficiente e feita sem oitiva dos que vivem o

Muitas têm sido as discussões sobre a morosidade e os problemas do Judiciário e inúmeras as tentativas de reformá-lo para saná-los e torná-lo espelho dos anseios do cidadão: pronto, eficaz e confiável, pois, segundo Rui Barbosa, justiça tardia não é justiça. Contudo, os resultados almejados não têm sido alcançados, não obstante a profunda reforma perpetrada pela Constituição Federal de 1988. Por quê?

Tem-se feito, tão-somente, reforma estrutural, quando, para resultados satisfatórios, ela deveria ser feita no triplo aspecto: *estrutural, legislativo e de mentalidade*.

Estrutural, para fornecer ao Judiciário condições materiais de desenvolver suas atividades com celeridade, mediante

cotidiano da vida judiciária: os juízes; e a mudança de mentalidade tem ocupado pouco, muito pouco, o tempo dos que procuram resolvê-los. Todavia, a reforma estrutural isolada não tem alcançado os fins colimados porque, como asserido, não prescinde das demais *simultaneamente*.

Nessa ordem de idéias, limitando-me ao Judiciário Federal, já que o Estadual dele é reflexo e, em razão da autonomia dos Estados, organizado, diferentemente, em cada unidade da Federação, a Constituição Federal de 1988 criou o Superior Tribunal de Justiça e cinco Tribunais Regionais Federais, com os objetivos de solucionar a morosidade e o acúmulo de processos, respectivamente, no Supremo Tribunal Federal e no Tribunal Federal de Recursos. Hoje, 13 (treze) anos depois, o Excelso Pretório, com 11 (onze) juízes, recebeu em 1999 54.437 (cinquenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e sete) processos (5.443 por juiz - o Presidente participa apenas do Pleno) e julgou 56.307 (cinquenta e seis mil, trezentos e sete) (5.630 por juiz); no ano próximo passado (2000), recebeu 90.839 (noventa mil, oitocentos e trinta e nove) (9.083 por juiz) e julgou 86.138 (oitenta e seis mil, cento e trinta e oito) (8.613 por juiz). O Superior Tribunal de Justiça, com 33 (trinta e três) juízes, recebeu em 1999 118.977 (cento e dezoito mil, novecentos e setenta e sete) processos (3.965 por juiz - o Presidente, o Vice e o Coordenador-Geral participam apenas do Pleno) e julgou 128.042 (cento e vinte e oito mil e quarenta e dois) (4.268 por juiz); em 2000 recebeu 150.738 (cento e cinquenta mil, setecentos e trinta e oito) (5.024 por juiz) e julgou 154.164 (cento e cinquenta e quatro mil, cen-

to e sessenta e quatro) (5.138 por juiz). Os Tribunais Regionais Federais, inicialmente, com 74 (setenta e quatro) juízes, que substituíram o Tribunal Federal de Recursos, com 27 (vinte e sete) juízes, receberam em 1999 543.975 (quinhentos e quarenta e três mil, novecentos e setenta e cinco) processos (TRF/1ª Região - 6.097 por juiz; TRF/2ª Região - 2.786 por juiz; TRF/3ª Região - 11.580 por juiz; TRF/4ª Região - 6.841 por juiz e TRF/5ª Região - 6.856 por juiz) e julgaram 301.965 (trezentos e um mil, novecentos e sessenta e cinco) (TRF/1ª Região - 5.008 por juiz; TRF/2ª Região - 2.139 por juiz; TRF/3ª Região - 4.633 por juiz; TRF/4ª Região - 2.988 por juiz e TRF/5ª Região - 4.515 por juiz); em 2000 receberam 591.878 (quinhentos e noventa e um mil, oitocentos e setenta e oito) (TRF/1ª Região - 6.729 por juiz; TRF/2ª Região - 3.342 por juiz; TRF/3ª Região - 8.192 por juiz; TRF/4ª Região - 8.708 por juiz e TRF/5ª Região - 4.496 por juiz) e julgaram 451.855 (quatrocentos e cinquenta e um mil, oitocentos e cinquenta e cinco) (TRF/1ª Região - 6.309 por juiz; TRF/2ª Região - 2.653 por juiz; TRF/3ª Região - 5.433 por juiz; TRF/4ª Região - 6.342 por juiz e TRF/5ª Região - 3.675 por juiz). O Tribunal Superior do Trabalho, que teve o seu efetivo aumentado de 17 (dezessete) para 27 (vinte e sete) juízes, recebeu em 1999 126.921 (cento e vinte e seis mil, novecentos e vinte e um) processos (5.288 por juiz) e julgou 121.181 (cento e vinte e um mil, cento e oitenta e um) (5.049 por juiz); em 2000 recebeu 237.535 (duzentos e trinta e sete mil, quinhentos e trinta e cinco) (16.966 por juiz) e julgou 98.748 (noventa e oito mil, setecentos e quarenta e oito) (7.053 por juiz). A Corte Suprema dos Estados Unidos da América, com 9 (nove) juízes,

julga 200 processos a cada ano.

Verifica-se, portanto, que a modificação estrutural, com a criação de outro tribunal superior, com 33 (trinta e três) juízes, cinco tribunais de apelação, com o acréscimo de quase três vezes o número de juízes do Tribunal Federal de Recursos, posteriormente aumentados em mais 65 (sessenta e cinco) juízes, e o incremento de 10 (dez) magistrados no órgão maior da Justiça Trabalhista, trouxe, apenas, despesas, sem solucionar o problema para o qual fora efetivada. E, assim será, sempre que, isoladamente, somente estruturalmente, se procurar reformar o Judiciário.

Igualmente, a reforma legislativa apartada, alheia à estrutural, não será suficiente para tornar o Judiciário ágil, com resposta *imediate* às pendengas que lhe são submetidas, porque, como esclarecido anteriormente, o número insuficiente de magistrados e de estrutura cartorária não permitirá celeridade no julgamento dos processos, ainda que simplificada ao máximo a legislação processual, uma vez que, sem dúvida, a capacidade de trabalho do homem é limitada e a falta de condições materiais e operacionais retardaria muito a solução do litígio, o que ocorre quando, por exemplo, em processo de assistência judiciária, o juízo não dispõe de profissional para realização de perícia (médico-questão previdenciária), ou Oficial de Justiça para efetivação de diligências (citação, intimação, penhora etc.), ou, ainda, os processos sujeitos à apreciação do magistrado são em número elevado.

Por sua vez, somente a modificação da mentalidade dos juízes, que, repito, são servidores públicos, embora de ní-

vel elevado, e que, portanto, devem atender o jurisdicionado rapidamente, com denodo, sem procrastinações, também não resolveria as aflições do Judiciário porque o magistrado, ainda que abnegado no exercício das suas funções, esbarraria no formalismo da legislação, no excesso de recursos e na falta de estrutura.

Essas as razões pelas quais a reforma do Judiciário, feita, *com profundidade*, em 1988, não deu resultado, o que é público e notório, e está comprovado por nova e profunda alteração que agora se pretende fazer nesse Poder. Porém, por ser, mais uma vez, *unicamente*, de natureza estrutural, embora com modificações radicais, que se estendem à extinção de alguns de seus segmentos, como a Justiça do Trabalho, ou de Tribunais seculares, como o Superior Tribunal Militar, com 193 (cento e noventa e três) anos de existência, essa nova reforma do Judiciário, sobre a qual, *mais uma vez, não foram ouvidos os maiores interessados, os juízes*, também não dará resultados; e não será a interferência nele de órgãos, pessoas ou entidades que lhe são estranhos (Executivo, Legislativo, Ordem dos Advogados do Brasil - OAB), representada pelo controle externo que se deseja, que o tornará moderno, ágil e eficiente. Além disso, *a extinção de férias de juízes, da Justiça Militar, única com sensibilidade para julgar delitos praticados por homens de caserna, em face da peculiaridade que envolve os delitos militares, os quais, em razão disso, estão insertos em edito próprio, o Código Penal Militar, e da Justiça do Trabalho, parcela do Poder Judicante responsável pelo alívio das graves tensões sociais nas relações de trabalho, oriundas de crises econômicas, infelizmente, permanentes em nosso País, e a*

eleição direta de dirigentes de tribunais, politizando a escolha destes e a própria instituição, com seu enfraquecimento, e, em especial, maniatando as corregedorias, que passariam a agir de acordo com a vontade dos “eleitores”, não em prol do interesse público, como fator importante na reforma da mentalidade dos magistrados, em nada contribuirão para a solução dos problemas do Judiciário.

Desse modo, proponho à sociedade uma reflexão sobre a verdadeira reforma do Judiciário: a que, ao mesmo tempo, seja *estrutural, legislativa e de mentalidade*.

A experiência tem demonstrado que o número ideal de processos submetidos à apreciação de um magistrado seja de no máximo 1.500 (mil e quinhentos). Por conseguinte, devemos criar juízos e tribunais que permitam os atuais atingir esse limite e mecanismos que autorizem a criação automática de novos juízos, sempre que cada vara judicial atingi-lo, evitando demora desnecessária na criação de novas, que, quando surgem, já não mais atendem a demanda pela prestação jurisdicional, provocando o fator do acúmulo de feitos em tramitação e, conseqüentemente, delongas nas soluções. Contudo, para sua manutenção, é necessário que a legislação seja modificada para acelerar a solução dos processos, evitando que fiquem a dormir nos escaninhos da secretaria judicial, como, exemplificando, a bipartição do processo em juizado de instrução e juizado de julgamento; aquele encarregado de instruir a causa; este somente de julgá-la; a extinção do agravo de instrumento e manutenção somente do agravo retido, ou sua proibição contra decisões negativas; a exclu-

são dos embargos infringentes do rol de recursos, pois, antes deles, a questão já fora examinada por, pelo menos, quatro juízes, existindo caso relatado pelo Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Lúcio Urbano da Silva Martins, de processo com 69 (sessenta e nove) recursos, pormenor que torna lícita a assertiva de que o número excessivo de recursos foge do conceito de ampla defesa porque ofende o direito da parte contrária; a limitação dos embargos de declaração a sua única finalidade, suprir omissões, contradições e obscuridades; aplicação de pesadas multas às partes, que apenas poderiam se manifestar nos autos após pagamento, e negativa liminar irrecorrível de seguimento de recursos protelatórios ou contrários a reiterada jurisprudência dos tribunais; a revogação de prazos em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer, da remessa oficial e da intimação pessoal de procuradores de órgãos públicos, privilégios responsáveis, também, por grande atraso na tramitação de processos, com criação de mecanismos que punam, devidamente, a incúria de encarregados da defesa de causas públicas; os juízes substitutos de segunda instância, experiência adotada, antigamente, na magistratura do Estado de Minas Gerais e, recentemente, embrionariamente, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que, em curto lapso, já vem dando resultados satisfatórios; a criação de câmaras de recursos, em causas de determinado valor, para julgamento por três juízes de primeira instância, excluído, evidentemente, o prolator da sentença; no processo penal, entre outras modificações, a simplificação dos procedimentos, principal-

mente do júri, com adoção do sistema adotado pelo Código de Processo Penal Militar, evitando prescrição, impunidade e eternização dos julgamentos. (*Ou-
tras modificações processuais penais não foram mencionadas para não tornar longa a reflexão.*)

Ocorre, porém, que reformas estrutural e legislativa não surtirão efeitos se desacompanhadas de reforma da mentalidade dos magistrados. Asseverei, há pouco, que candidatos prestam concurso para juiz e assumem suas funções como Deuses. Muitos se recusam a receber as partes ou seus advogados, mesmo sendo a advocacia, constitucionalmente, atividade essencial à prestação jurisdicional; despacham quando entendem e sentenciam no momento que lhes pareça conveniente; não raras vezes, proferem despachos desnecessários e protelatórios, atrasando, injustificadamente, a solução da causa, por meio de um “ping/pong” interminável de despachos e publicações inócuos; ausentam-se, sem justificativa, por longo período, da sede do juízo ou a ela chegam no fim do dia de trabalho, contando, quase sempre, com a conivência das corregedorias, que se omitem em reprimir tais atitudes, que, indubitavelmente, acarretarão morosidade na solução das lides, acúmulo de processos para despacho ou sentença e, conseqüentemente, elevação do número de feitos em tramitação no juízo e retorno ao *statu quo ante*.

Nos Tribunais, a resistência dos seus integrantes, *para não dividir poder*, ao aumento do número de seus membros na

proporção da necessidade é outra mentalidade que precisa ser modificada. A Corte de Cassação Italiana possui mais de 300 (trezentos) juízes, o que não é motivo para que seus membros se sintam menos juízes ou poderosos.

De outro lado, a relutância do Supremo Tribunal Federal em tornar-se, *tão-somente*, Corte Constitucional é inadmissível.

Ora, se os juízes não mudarem de mentalidade, inúteis serão as reformas estrutural e legislativa e, dificilmente, o Judiciário chegará a prestar o serviço que dele se espera. Essa modificação poderá ser feita, entre outras formas, pela alteração no recrutamento de juízes, que poderiam, aprovados em concurso, ser obrigados a cursar, por dois anos, no mínimo, Escola de Magistratura, onde as prioridades seriam a conscientização da função do juiz na sociedade e a verificação da aptidão do candidato para o cargo.

Outra forma seria a conscientização das corregedorias da sua função, com abandono do espírito corporativista insito em muitas e atuação efetiva não só para punir, mas, *sobretudo*, para orientar os magistrados quanto à relevância dos seus serviços e à necessidade de que sejam mantidos, rigorosamente, em dia, representando, realmente, o anelo de Justiça dos seus jurisdicionados, que, no dizer de Francesco Ferrara, é a “atribuição igual daquilo que toca a cada um na medida que lhe toca”, e acrescento, *de forma célere, segura e eficaz*.